

GEO FRONTER

ISSN: 2447-9195

MUDANÇA DO PERFIL DE INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL E O DESTAQUE DO SETOR ENERGÉTICO

Changes in the profile of Chinese investments in Brazil and the prominence of the energy sector

Évolution du profil des investissements chinois au Brésil et la prédominance du secteur énergétique

José Átila Abreu de Sousa

Universidade Federal do Ceará - UFC

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Universidade Federal do Ceará - UFC

Resumo: O presente artigo analisa a expansão da China no campo da economia política internacional, com ênfase em suas estratégias de investimento externo e na consolidação de parcerias de longo prazo na América do Sul, destacando-se o caso brasileiro. Parte-se da compreensão de que o ciclo de reformas iniciado em 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping, inaugurou um processo de desenvolvimento econômico e reposicionamento global que ampliou a capacidade chinesa de influenciar dinâmicas geoeconômicas e geopolíticas contemporâneas. Nesse contexto, discute-se a aproximação sino-brasileira ao longo do século XXI, considerando os marcos políticos que favoreceram tal cooperação e as transformações recentes em sua estrutura. Para isto, o trabalho toma como referência os relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) entre 2022 e 2025, buscando identificar os padrões predominantes dos investimentos chineses no Brasil e suas metamorfoses recentes. Os resultados indicam, de um lado, a manutenção da centralidade do setor elétrico como principal eixo dos investimentos chineses no país e, de outro, a emergência de uma reconfiguração do padrão de investimentos, caracterizada pela diversificação dos projetos e pelo crescimento relativo de áreas vinculadas à transição energética, energias renováveis e inovação tecnológica. Conclui-se que a trajetória recente dos investimentos revela não apenas interesses econômicos imediatos, mas também orientações estratégicas associadas à segurança energética, à sustentabilidade e à ampliação da presença chinesa em setores estruturantes da economia brasileira.

Palavras-chave: China; Brasil; investimentos chineses; CEBC; setor energético.

Abstract: This article examines China's expansion within the field of international political economy, with an emphasis on its outward investment strategies and the consolidation of long-term partnerships in South America, particularly in the Brazilian case. It is grounded in the understanding that the cycle of reforms launched in 1978 under Deng Xiaoping initiated a process of economic development and global repositioning that expanded China's capacity to shape contemporary geoeconomic and geopolitical dynamics. Within this framework, the article analyzes the strengthening of Sino-Brazilian ties throughout the twenty-first century, considering the political milestones that facilitated such cooperation and the recent transformations in its structure. To achieve these objectives, the study draws on reports published by the Brazil-China Business Council (CEBC) between 2022 and

2025, seeking to identify prevailing patterns of Chinese investment in Brazil and their recent shifts. The findings indicate, on the one hand, the continued centrality of the electricity sector as the primary axis of Chinese investment in the country and, on the other, the emergence of a reconfigured investment pattern marked by project diversification and the relative expansion of areas linked to the energy transition, renewable energy, and technological innovation. The article concludes that the recent trajectory of Chinese investment reflects not only immediate economic interests but also strategic orientations related to energy security, sustainability, and the expansion of China's presence in key sectors of the Brazilian economy.

Keywords: China; Brazil; Chinese investment; CEBC; energy sector.

Résumé: Cet article examine l'expansion de la Chine dans le champ de l'économie politique internationale, en mettant l'accent sur ses stratégies d'investissement à l'étranger et sur la consolidation de partenariats à long terme en Amérique du Sud, notamment dans le cas brésilien. Il repose sur l'idée que le cycle de réformes lancé en 1978 sous Deng Xiaoping a initié un processus de développement économique et de repositionnement global, renforçant la capacité de la Chine à influencer les dynamiques géoéconomiques et géopolitiques contemporaines. Dans ce cadre, l'article analyse le renforcement des relations sino-brésiliennes au cours du XXI^e siècle, en tenant compte des jalons politiques ayant favorisé cette coopération ainsi que des transformations récentes de sa structure. Afin d'atteindre ces objectifs, l'étude s'appuie sur les rapports publiés par le Conseil des affaires Brésil-Chine (CEBC) entre 2022 et 2025, dans le but d'identifier les tendances dominantes des investissements chinois au Brésil et leurs évolutions récentes. Les résultats indiquent, d'une part, la centralité persistante du secteur de l'électricité comme principal axe des investissements chinois dans le pays et, d'autre part, l'émergence d'un modèle d'investissement reconfiguré, marqué par une diversification des projets et par la croissance relative des secteurs liés à la transition énergétique, aux énergies renouvelables et à l'innovation technologique. L'article conclut que la trajectoire récente des investissements chinois reflète non seulement des intérêts économiques immédiats, mais aussi des orientations stratégiques liées à la sécurité énergétique, à la durabilité et à l'expansion de la présence chinoise dans des secteurs clés de l'économie brésilienne.

Mots-clés: Chine ; Brésil ; investissements chinois ; CEBC ; secteur énergétique

Introdução

As reformas implementadas por Deng Xiaoping a partir de 1978, ao reintroduzirem elementos mercantis tradicionais da cultura chinesa e promoverem inovações institucionais, inauguraram um novo ciclo de desenvolvimento econômico no país (Silveira; Montanha, 2024). Desde então, a China tem consolidado uma trajetória de expansão que a posicionou como a segunda maior potência econômica mundial e ampliou sua projeção internacional por meio do crescimento de sua presença, influência e investimentos externos.

Ao se debruçar sobre a literatura referente ao tema verifica-se a expansão econômica chinesa das últimas décadas, considerada como um ressurgimento depois de um século de humilhações (período 1839 a 1945), e acabou se transformando em um dos acontecimentos mais significativos da conjuntura recente da economia-mundo (Ouriques, 2019). Um processo que se desenvolve bem antes das reformas supracitadas, mas que teve nelas marcos emblemáticos para ascensão chinesa no mundo.

De acordo com Silveira e Montanha (2024), as reformas que se deram inicialmente no âmbito do setor agrícola fomentaram bases políticas sólidas para as posteriores guinadas da economia chinesa e os avanços alcançados com a proposição das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional). Conforme argumentam Jabbour e Dantas (2017), o aquecimento do setor primário da economia nos primeiros anos das reformas teve repercussões políticas e estratégicas significativas, embora pouco percebidas.

A partir da década de 1990, a China intensificou a abertura de seu mercado conforme seus próprios moldes, superando em intensidade e crescimento os anos anteriores (Silveira; Montanha, 2024). Ao final da década de 1990, o cenário industrial chinês havia passado por uma significativa transformação, sobretudo no âmbito das empresas estatais.

O contexto de crescimento da economia chinesa segue em elevada expansão, e na virada do século XX para o século XXI o país alcança cada vez mais poder de influência global:

A partir da virada do século XX para o XXI, a economia chinesa expande-se ainda mais, aumentando sua capacidade de influenciar os destinos de outras regiões do globo por meio de uma estratégia de softpower que impactou toda a geoeconomia e a geopolítica, elevando o país à condição de potência mundial rivalizando com os EUA. Em síntese, no campo econômico, a China deixou gradualmente de ser uma mera replicadora de tecnologias externas e uma maquiladora para se posicionar na vanguarda da inovação científica em diversos setores (Silveira; Montanha, 2024, p. 123).

Conforme salienta Pautasso (2011), o maior envolvimento na política e nos negócios internacionais vem acompanhado de uma maior autonomia na capacidade de formulação de sua

estratégia internacional. De forma concomitante, a China tem se posicionado como um ator articulador no âmbito do Sul Global, mobilizando esforços para contestar ou mitigar as assimetrias da ordem internacional vigente. Nesse processo, o país busca afirmar uma inserção própria no sistema internacional, apresentando-se como uma alternativa às potências ocidentais, especialmente para países periféricos, ao sustentar um modelo de cooperação fundamentado na noção de benefícios recíprocos.

Nesse sentido, a China tem ampliado sua projeção regional e global, uma vez que tais relações tendem a ser menos nocivas aos países periféricos quando comparadas à doutrina econômica difundida pelo Norte por meio de suas instituições organizacionais (Rippel; Medeiros, 2024). De acordo com Pautasso (2011), a pujança econômica da China constitui seu principal elemento de inserção internacional, de modo que o efeito gravitacional por ela produzido se converte em uma importante ferramenta de política externa. Esse processo contribuiu para o fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e China nos últimos anos (Rippel; Medeiros, 2024).

Já Pereira (2018) observa que ocorreu um aprofundamento nas relações econômicas sino-brasileiras, tendo como base suas vantagens comparativas, além de uma maior relação no sentido dos investimentos diretos chineses na economia brasileira, em especial nas últimas duas décadas. Esses investimentos se deram em diversos setores, todavia, é no setor energético que eles possuem sua proeminência.

Na visão de Medeiros (2013), as transformações econômicas e sociais na China possuem uma complexidade que vai muito além dos períodos pré e pós-1978, o autor sintetiza alguns momentos cruciais de toda essa trajetória da seguinte forma: 1949-1958: coletivização das terras; 1958-1966: grande salto da indústria pesada; 1966-1978: revolução cultural; 1978-1991: introdução do sistema de responsabilidade familiar e abertura externa; 1991-2001: aprofundamento das reformas liberalizantes, diversificação das exportações, expansão da indústria pesada; 2001-2009: investimento da infraestrutura e indústria pesada. Dentre os demais mecanismos desse processo destacam-se:

O avanço do setor privado durante todo o período pós-1978 teve contrapartida na ação estatal em outros patamares: da instalação de Zonas Econômicas Especiais à planificação do comércio exterior; da elaboração de políticas industriais que contemplariam o deslocamento da pauta de exportações de produtos intensivos em mão de obra a outra mais intensiva em capital; da formação de um poderoso sistema financeiro estatal à formação de 149 conglomerados empresariais estatais (Silveira; Montanha, 2024, p. 123).

Essa compreensão é fundamental para elucidar o propósito do presente texto, que consiste em analisar a expansão da China no campo da economia política internacional, em especial sua tentativa de reposicionar reservas externas enquanto aprofunda parcerias de longo prazo na América do Sul (Cunha; Bichara; Lelis, 2013). Nesse contexto, destaca-se o caso brasileiro e as metamorfoses nas relações e nos investimentos sino-brasileiros ao longo do tempo, observadas a partir da análise dos relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) referentes ao período de 2022 a 2025, especialmente no setor energético.

Desse modo, o texto encontra-se organizado da seguinte forma: além desta introdução, a primeira seção aborda o processo de formação e consolidação da parceria entre Brasil e China, destacando as áreas de maior interesse chinês, bem como alguns marcos temporais relevantes e a configuração atual das relações bilaterais. Na segunda seção, apresenta-se um panorama dos investimentos chineses recentes no território brasileiro, evidenciando a mudança no padrão desses aportes e discutindo possíveis razões para a diversificação dos interesses da segunda maior potência econômica mundial no país. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Relações sino-brasileiras: da aproximação diplomática à consolidação econômica

As relações Brasil-China completaram cinco décadas em 2024, sendo fruto do reconhecimento diplomático que o Brasil adquiriu dos chineses, resultado da diplomacia “pragmática” de Ernesto Geisel (1974-79) (Muller, 2019; Azevedo, 2020; Silveira; Montanha, 2024). A partir desse período, os laços entre as duas nações se intensificaram. A entrada da China na OMC (Organização Mundial do Comércio) em 2001 foi outro marco importante para esse processo.

A expansão econômica/comercial chinesa e sua capacidade de atrair gravitacionalmente países dos quatro quadrantes do globo, é um fator de monumental importância no âmbito das relações internacionais. Nesse sentido, é importante frisar que, a partir do início do século XXI, o Brasil passou a ser um polo de investimento chinês nos mais variados setores (Rippel; Medeiros, 2024, p. 162).

A combinação entre demanda chinesa por matérias primas e abundantes recursos naturais brasileiros propiciou a base para a parceria econômica entre os dois países Duarte e Cepik, 2019). Consoantes a isso, Silveira e Montanha (2024) argumentam:

Nos anos 2000, a demanda global por matérias-primas, estimulada pelo intenso crescimento da economia chinesa entre 2003-2011 (10,8% a.a.), elevou o preço das commodities no mercado internacional (World Bank,

2024). Para suprir a demanda do mercado chinês, o Brasil tornou-se um relevante parceiro comercial da China (p. 127).

Ademais, ao longo das últimas décadas, a política externa de ambos os países apresentou convergências em diferentes temas, o que contribuiu para o fortalecimento da parceria bilateral e para sua progressiva ampliação. Conforme destacam Silveira e Montanha (2024), ao longo do século XXI, o contexto político brasileiro foi profundamente marcado pela ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003, inaugurando um ciclo de transformações na orientação da política externa do país.

Os governos Lula promoveram uma inflexão em relação às diretrizes anteriores, ao priorizarem a integração regional e o fortalecimento das relações Sul-Sul, inserindo o Brasil de forma mais ativa em fóruns multilaterais e ampliando sua articulação com países da África e da Ásia. Essa reorientação diplomática, que combinava objetivos econômicos, políticos e simbólicos, criou as bases institucionais e estratégicas para o estreitamento das relações com a China, processo posteriormente aprofundado no âmbito do BRICS.

O governo de Dilma Rousseff, iniciado em 2011, manteve os principais eixos dessa política externa, ainda que com menor protagonismo da diplomacia presidencial e menor centralidade dos projetos integracionistas regionais. Em contrapartida, observou-se uma valorização de arenas multilaterais estratégicas, especialmente o BRICS, o que reforçou a dimensão geopolítica e geoeconômica da parceria com a China.

Mesmo diante da instabilidade política desencadeada a partir de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff e a subsequente ascensão de governos de orientação liberal e conservadora, as relações sino-brasileiras demonstraram notável resiliência. Apesar da retórica hostil do governo Jair Bolsonaro, particularmente marcada por discursos anticomunistas e sinofóbicos, os vínculos bilaterais com a China, sobretudo no plano estratégico, foram preservados e, em alguns setores, aprofundados (Silveira; Montanha, 2024).

No caso chinês, Silveira e Montanha (2024) destacam que o contexto político contemporâneo é caracterizado pela centralidade do Estado e do Partido Comunista Chinês na condução do desenvolvimento nacional. Desde as reformas iniciadas em 1978, a China passou por um processo de modernização econômica sem abdicar da centralização do poder político, o que conferiu estabilidade institucional e previsibilidade à sua atuação internacional. Esse modelo permitiu ao país combinar crescimento econômico acelerado com uma estratégia externa pragmática, orientada à ampliação de sua inserção geoeconômica e geopolítica em regiões estratégicas, entre as quais se destaca a América Latina e, particularmente, o Brasil.

Dessa forma, a convergência entre um Brasil que, sobretudo a partir dos anos 2000, buscava diversificar suas parcerias internacionais e fortalecer sua autonomia diplomática, e uma China politicamente estável, em processo de expansão de sua presença global, criou um contexto favorável à consolidação e ao aprofundamento das relações sino-brasileiras (Silva, 2022). A aproximação entre os dois países não foi resultado apenas de interesses econômicos conjunturais, mas de condições políticas e estratégicas que se mostraram complementares ao longo do período analisado.

Observa-se que, no contexto da crise financeira internacional de 2008–2009, a China consolidou-se como o principal parceiro comercial do Brasil. No período, o intercâmbio comercial brasileiro com os Estados Unidos, até então principal parceiro do país, recuou de US\$ 53 bilhões em 2008 para US\$ 35,6 bilhões em 2009, o que corresponde a uma retração de 32,83%. Em sentido oposto, as trocas comerciais com a China apresentaram crescimento de 1,10%, passando de US\$ 36,5 bilhões para US\$ 36,9 bilhões no mesmo intervalo, resultado que foi suficiente para posicionar o país asiático como o maior parceiro comercial do Brasil (Silveira; Montanha, 2024; COMEXSTAT, 2024).

Tendo em vista os momentos chave desse contexto, o ano de 2006 marca um dos relevantes passos dados por ambos os países no fortalecimento de sua aproximação. Naquele ano, a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional da China e o Ministério de Relações Exteriores do Brasil assinaram um Memorando de Entendimento para a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alta Cooperação, com o objetivo de servir de plataforma intergovernamental para cooperação (MRE, 2009). Esse marco é significativo, pois sinaliza a tônica das relações entre as duas nações, as quais, nesse período, giraram entorno do petróleo. Neste sentido:

Dentre os diversos modelos para a cooperação chinesa com o Brasil na área de energia, o modelo de maior sucesso até agora é o de empréstimos-*por-petróleo*. A base para esse negócio é a estrutura de financiamento na qual os recursos providos por um país credor estrangeiro, a China neste caso, é paga por um contrato de venda de petróleo de longo prazo em que parte do empréstimo é paga retirando certa margem na venda do óleo (Duarte; Cepik, 2019, p. 308).

Em 2015, a Petrobras e o Banco de Desenvolvimento chinês assinaram um acordo de cinco bilhões de dólares para garantir a cooperação financeira e energética na área de petróleo (Bustelo; Cariello; Fragoso, 2016). Essa relação se traduziu em benefícios para ambas as nações, haja vista que os brasileiros estavam precisando de financiamento relativamente barato no curto prazo e os Chineses buscavam uma cobertura financeira para as importações de

petróleo no longo prazo (Cui; Miranda, 2016). De acordo com Macedo (2013) além dos investimentos focados em petróleo e gás, pode-se destacar que o setor de energia elétrica teve uma grande participação de investimentos por empresas chinesas.

Tais inversões foram focadas principalmente em aquisições de participações em plantas 310 hidroelétricas e linhas de distribuições em todo o Brasil. A empresa estatal chinesa State Grid foi a que fez investimentos mais vultosos, tendo adquirido sete empresas de transmissão elétrica no Brasil e estabelecido uma empresa subsidiária no Brasil, com investimento inicial de três bilhões de reais. Em 2011, quando a Usina de Belo Monte começou a ser construída na Amazônia, tornando-se em breve a terceira maior hidroelétrica do mundo e a segunda maior do Brasil, a State Grid aproveitou a oportunidade para participar da operação de construção das linhas de transmissão de Belo Monte até a região sudeste. Em 2012, a State Grid fez outro grande investimento comprando mais linhas de transmissão por 750 milhões de dólares (Duarte; Cepik, 2019, p. 310).

Conforme aponta (Viscidi, 2015, Duarte; Cepik, 2019), outra empresa chinesa que vem participando fortemente na onda de investimentos no Brasil é a Tree Gorges Corporation (CTG), com participação de 50% em duas plantas hidroelétricas. Em 2014, a CTG adquiriu 49% na participação de onze campos de energia eólica e comprou por 400 milhões de dólares uma empresa brasileira que controlava diversas pequenas hidroelétricas e linhas de distribuição no sul e sudeste do país. Além disso, o maior investimento da empresa foi em 2015, quando compraram 100% da participação em duas grandes hidroelétricas, Jupia e Solteira, por 3,7 bilhões de dólares.

Essa perspectiva evidencia o padrão de investimentos chineses em território brasileiro, no qual a lógica dos fundos de investimentos estatais chineses que administram parte dos investimentos chineses na América Latina e Brasil priorizaram o setor energético exatamente porque este apresentou risco menor do que outras áreas em que os fundos chineses já investiram no Brasil (World Bank, 2016).

Além disso, o foco Chinês no setor energético brasileiro se explica também pelo relativo insucesso em outras áreas de aplicações, como o setor agrário, no qual as empresas chinesas já tiveram retornos negativos no Brasil, principalmente em decorrência da dificuldade para se adaptar ao ambiente político e regulatório brasileiro. Este foi o caso do Grupo COFCO, empresa estatal chinesa que atua na área do processamento, fabricação e comércio de alimentos (Duarte; Cepik, 2019).

Do ponto de vista chinês, o investimento no setor energético brasileiro tem implicações positivas, ainda que indiretas, para a sua segurança. Ainda hoje, a China tem como sua principal

fonte de energia o carvão, a qual não é sustentável no longo prazo (Fritschak; Soares; O’Conor, 2014). A esse cenário somam-se transformações estruturais de escala global, como a transição energética, as pressões decorrentes das explosões demográficas, os acelerados avanços tecnológicos, o agravamento das mudanças climáticas e a crescente busca por novas matrizes energéticas. Neste sentido:

São situações cujas consequências e configuração final estão além do controle de qualquer ator, por mais poderoso que seja. No entanto, governos, empresas e pessoas continuarão interagindo, cooperativa e conflitivamente, para tentar obter soluções satisfatórias para seus problemas. No caso da República Popular da China, um país com 1,3 bilhão de pessoas atualmente, supondo que a economia do país continue crescendo, o consumo de energia per capita também continuará crescendo nas próximas décadas. Neste sentido, a garantia de um suprimento energético adequado é um imperativo de segurança prioritário para a China (Duarte; Cepik, 2019, p. 312).

Nessa ótica, a atuação chinesa em investimentos voltados à segurança internacional revela-se orientada por uma articulação estratégica entre interesses econômicos e objetivos políticos, os quais se manifestam de forma indissociável. Tal lógica torna-se particularmente evidente no caso brasileiro, onde os investimentos chineses no setor energético assumiram papel central, alcançando, em 2016, cerca de 80% do total dos aportes realizados no país (Silva, 2022). Esse dado evidencia que a inserção chinesa no Brasil ultrapassa motivações estritamente econômicas, articulando-se a preocupações estratégicas relacionadas à segurança energética e à ampliação de sua presença geoeconômica.

China e Brasil: a centralidade do setor energético e a reconfiguração do padrão de investimentos

A crescente internacionalização do capital chinês tem assumido contornos cada vez mais estratégicos, refletindo não apenas a expansão econômica do país, mas também a reorientação de suas prioridades geopolíticas no sistema internacional. Nos últimos anos, observa-se uma reconfiguração do padrão desses investimentos, marcada por maior seletividade setorial e pela centralidade de áreas consideradas estratégicas para a segurança econômica e energética chinesa. Nesse contexto, o Brasil emerge como um destino privilegiado dos investimentos oriundos da China, especialmente no setor energético, que desde o princípio das relações China-Brasil ocupou local de destaque, principalmente em relação ao petróleo e gás.

Nesse cenário, a presença chinesa no setor energético brasileiro consolidou-se, desde os estágios iniciais da relação bilateral, por meio de investimentos voltados à eletrificação e à

infraestrutura energética, com ênfase na aquisição de linhas de transmissão, na participação acionária e no controle de usinas hidrelétricas, além de aportes relevantes em segmentos da geração e distribuição de energia. Esse padrão inicial evidenciou uma estratégia orientada à construção de ativos estruturantes e de longo prazo, por meio dos Investimentos Estrangeiros Diretos Chinês (IED's)¹, compatíveis com as demandas chinesas por segurança energética e estabilidade econômica.

Entretanto, nos anos mais recentes, observa-se uma alteração gradual nessa lógica de inserção, com a ampliação dos investimentos para projetos associados às energias limpas e às novas fronteiras tecnológicas, como a energia solar e a energia eólica. Paralelamente, os aportes têm avançado para áreas vinculadas à inovação e à tecnologia, sinalizando uma adaptação do capital chinês às transformações da matriz energética global e aos compromissos contemporâneos de transição energética.

É a partir desse enquadramento que se torna possível compreender tanto o volume expressivo dos investimentos chineses no Brasil quanto sua inserção em uma dinâmica mais ampla de redistribuição geográfica dos fluxos de capital, fenômeno que será detalhado a seguir com base em dados recentes sobre os principais destinos dos investimentos chineses no mundo.

As análises do CEBC para 2022 e 2023 evidenciam um movimento relevante de transição no padrão dos investimentos chineses no Brasil. Se em períodos anteriores predominavam aportes de alto valor concentrados em um número menor de projetos, frequentemente associados a grandes operações em setores como petróleo e gás, a dinâmica recente aponta para um cenário distinto. Observa-se a consolidação de uma tendência caracterizada por volumes financeiros mais moderados, porém acompanhados por maior diversificação setorial e expansão do número de empreendimentos confirmados. Essa reconfiguração não representa um enfraquecimento da relação bilateral, mas sim uma adaptação estratégica do capital chinês, que passa a articular investimentos estruturantes já consolidados com novas frentes de cooperação vinculadas à inovação e à transição energética.

Em 2023, os investimentos chineses no Brasil somaram US\$ 1,73 bilhão, registrando um crescimento de 33% em comparação a 2022. Ainda assim, trata-se do segundo menor valor

¹ Por IED entende-se investimento que envolve relacionamento de longo prazo e reflete um interesse duradouro por entidade residente em uma economia em uma entidade residente em outra economia (UNCTAD, 2017). Em outras palavras, envolve propriedade e presença por tempo indefinido no país receptor (Scissors, 2020). A definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por sua vez, também adotada por outras instituições, não exige o controle, mas sim uma capacidade de influenciar a administração, sendo estabelecido o mínimo de 10% de poder de voto para definir IED (menos que isso é considerado investimento em carteira) (OCDE, 2019).

desde 2009, superando apenas o resultado de 2022, quando os aportes totalizaram US\$ 1,3 bilhão. Paralelamente, o número de projetos confirmados em 2023 alcançou 29 iniciativas, valor 9% inferior ao total de 2022, mas ainda assim foi o terceiro maior de toda a série histórica iniciada em 2007. Esse descompasso entre volume financeiro relativamente baixo e quantidade elevada de projetos reforça a mudança do padrão, indicando que os investimentos chineses têm se orientado menos pela lógica de megaprojetos concentrados e mais por uma estratégia de presença ampla e diversificada, com maior capilaridade e potencial de inserção contínua no mercado brasileiro.

Outro elemento que corrobora com essa leitura é o aumento expressivo da efetivação dos investimentos, isto é, do percentual de projetos anunciados que de fato se concretizaram. Entre 2022 e 2023, esse indicador saltou de 27% para 88%, sinalizando um ambiente mais favorável à execução dos empreendimentos e, simultaneamente, uma maior cautela na fase de anúncio, com seleção mais criteriosa dos projetos que avançam até a implementação. Ademais, desde 2017, o número de projetos tem permanecido em patamar elevado, variando entre 24 e 32 por ano, com exceção de 2020 devido ao impacto da pandemia.

Os dados levantados pelas pesquisas anuais do CEBC no recorte temporal analisado apontam também que, em contrapartida, o valor investido anualmente tornou-se mais reduzido, com média de US\$ 2,71 bilhões entre 2020 e 2023, cifra 2,4 vezes inferior à média anual de US\$ 6,53 bilhões entre 2016 e 2019. Nesse mesmo sentido, as pesquisas apontam fatores conjunturais como a variação cambial que também contribuíram para a redução dos valores financeiros, considerando que em 2010, quando os investimentos atingiram o recorde de US\$ 13 bilhões, o dólar apresentava média anual de R\$ 1,76, ao passo que entre 2020 e 2023 o valor médio chegou a R\$ 5,18, elevando o custo e alterando a percepção relativa dos investimentos em moeda estrangeira.

Do ponto de vista setorial, os dados de 2023 reforçam com grande nitidez a centralidade da eletricidade e a intensificação do direcionamento para setores associados à transição energética. A área de eletricidade liderou a atração de investimentos chineses no Brasil em 2023, concentrando 39% do valor total e impressionantes 66% do número de projetos, demonstrando que esse setor permanece como eixo estruturante da presença chinesa no país (CEBC, 2023).

Em segundo lugar, destacou-se o setor automotivo, responsável por 33% do valor investido, com ampliação de participação em relação ao ano anterior, e com um dado particularmente significativo: desde 2021, todos os projetos chineses no setor automotivo no

Brasil foram direcionados a veículos 100% elétricos ou híbridos, evidenciando o alinhamento com cadeias produtivas de maior conteúdo tecnológico e com metas de descarbonização.

Em termos mais amplos, em 2023, 72% dos projetos chineses no Brasil foram direcionados a energias verdes e setores relacionados, resultado 16 pontos percentuais superior ao de 2022 e a maior participação registrada desde o início da série histórica em 2007. Por fim, ao observar o estoque acumulado entre 2007 e 2023, verifica-se que os investimentos chineses no Brasil somaram US\$ 73,3 bilhões, resultado de 264 projetos confirmados, com predominância do segmento de eletricidade, que absorveu 45% do valor total, seguido pela extração de petróleo, com 30% (CEBC, 2023). Considerando o número de projetos, a eletricidade também lidera, com 39%, reforçando seu papel como setor central tanto em volume financeiro quanto em capilaridade de empreendimentos.

De acordo com o CEBC (2024), os investimentos chineses no mundo em 2024 alcançaram um crescimento de 11% em relação a 2023. Os principais destaques entre os receptores de investimentos chineses no mundo naquele ano foram o Reino Unido, a Hungria e o Brasil com valores de 4,64, 4,59 e 4,2 bilhões de dólares, respectivamente. Os dados revelam a continuidade da predominância dos investimentos da China em países em desenvolvimento nos últimos anos.

Os dados da edição de 2022 mostram que naquele ano, 6 dos 10 principais receptores de investimento foram países em desenvolvimento, número que aumentou em 2023 para 9 dos 10 principais e em 2024, 7 dos 10 que mais receberam aportes de investimentos oriundos da economia chinesa eram países em desenvolvimento (CEBC, 2024). Essa dinâmica pode ser compreendida a partir de fatores geopolíticos associados ao recrudescimento do protecionismo por parte de nações europeias e dos Estados Unidos, especialmente diante de medidas tarifárias recentes implementadas pelo governo Trump. Soma-se a isso o argumento de Rippel e Medeiros (2024), segundo o qual a China tem ampliado seu espaço regional e global porque seus vínculos com países periféricos tendem a ser menos nocivos quando comparados à doutrina econômica difundida pelo Norte por meio de suas instituições organizacionais².

De acordo com os dados do CEBC (2024), o Brasil não apenas vem recebendo um fluxo expressivo de investimentos chineses em projetos vinculados à eletricidade, à indústria

² É importante salientar que na história da China, mesmo já sendo potência econômica em séculos passados, nunca houve como doutrina, invasões e tendências a dominar outros territórios, exceto quando foi dominada por outras nações que a partir da China foram hostis com outras civilizações. Contrariamente podemos nos referir aos países desenvolvidos do Ocidente, onde pilhagem, exploração, invasões militares e domínio de outras nações era e continua sendo uma aspiração permanente (Rippel e Medeiros, 2024).

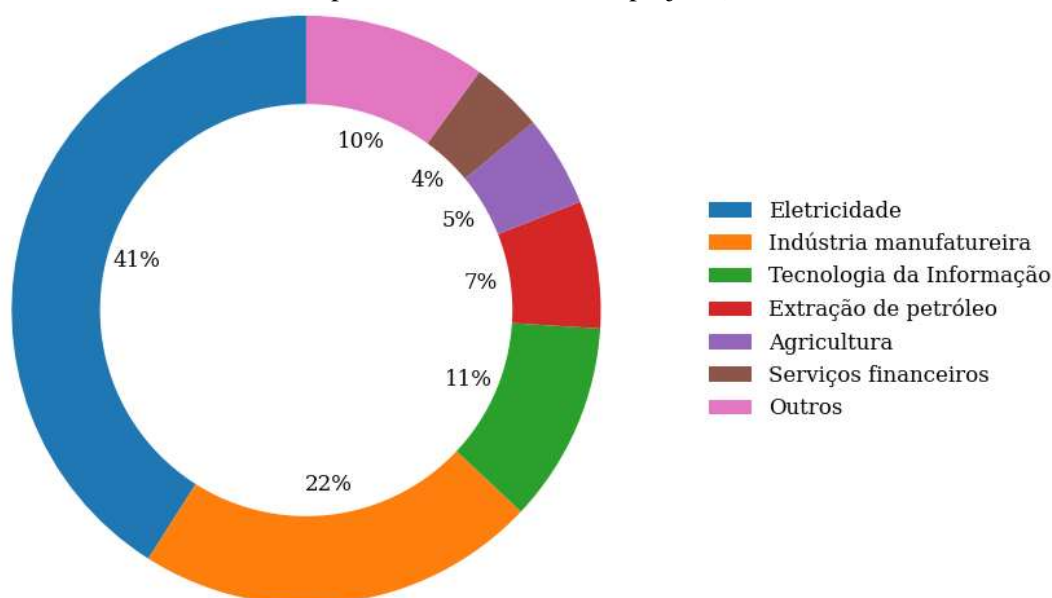
manufatureira e às energias renováveis, como também mantém a China como seu principal parceiro comercial. Essa combinação reforça a densidade das relações bilaterais, ampliando sua relevância tanto no plano econômico quanto no político. Nesse sentido, observa-se que a parceria sino-brasileira tem se sustentado ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que passa por reorientações e atualizações que lhe conferem novas nuances, acompanhando transformações conjunturais e estruturais na economia internacional e nas agendas estratégicas de ambos os países.

O aprofundamento das relações sino-brasileiras ganhou maior institucionalidade sobretudo a partir de 2006, quando a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional da China e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil assinaram um Memorando de Entendimento que criou a Comissão Sino-Brasileira de Alta Cooperação, concebida como plataforma intergovernamental para fomentar a cooperação bilateral (MRE, 2009). No campo energético, naquele período, destacou-se o modelo de empréstimos-por-petróleo como uma das principais formas de articulação entre os dois países. Contudo, conforme aponta Macedo (2013), para além dos investimentos concentrados em petróleo e gás, o setor de energia elétrica já se apresentava como espaço relevante de atuação das empresas chinesas, sobretudo por meio da aquisição de participações em usinas hidrelétricas e em ativos de infraestrutura ligados à transmissão e distribuição de energia em diferentes regiões do Brasil.

Conforme aponta a mais recente pesquisa do CEBC (2024), o Brasil se posiciona como um grande atrativo de investimentos chineses, tendo sido o terceiro maior receptor em 2024 e o 1º entre os países emergentes. Considerando os volumes de investimento entre os anos de 2007 a 2024, o montante chega a US\$ 77,5 bilhões distribuídos em 303 projetos, os quais dividem as seguintes porcentagens de investimento de valores em bilhões de US\$: eletricidade (41%), petróleo (29%), indústria manufatureira (8%), mineração (6%), obras de infraestrutura (4%) e agricultura (3%) (CEBC, 2024).

Em relação a distribuição setorial pela porcentagem do número total de projetos no mesmo período, a eletricidade e indústria tomam a liderança, conforme mostra a figura 1.

Figura 1 - Distribuição setorial do estoque de investimentos chineses no Brasil, 2007 – 2024
(percentual do número de projetos)

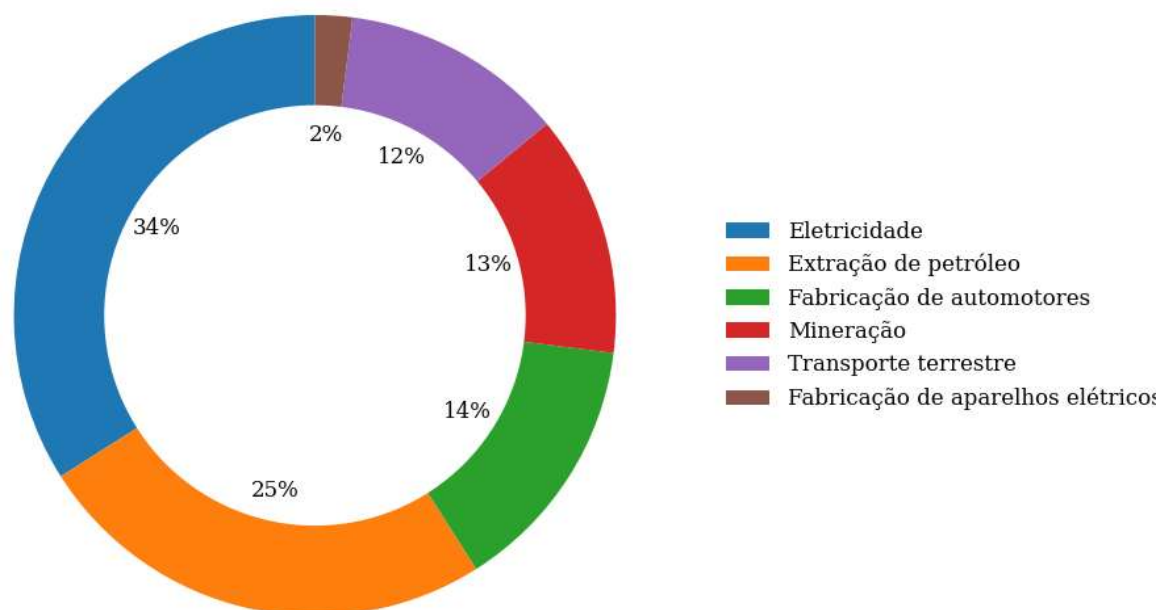


Fonte: CEBC (2024). Adaptado pelo autor.

A partir da análise dos dados da figura 1, observa-se que, somados, os projetos concentrados nos setores de eletricidade e indústria manufatureira correspondem a 63% do total dos direcionamentos dos investimentos chineses no Brasil, o que evidencia a centralidade desses segmentos na estratégia de inserção do capital chinês no país. Tal predominância reforça a importância atribuída a áreas consideradas estruturantes e de retorno de longo prazo. Em seguida, os projetos voltados à tecnologia da informação ocupam a terceira posição, com 11% do número total de iniciativas, sinalizando uma ampliação gradual do escopo dos investimentos e indicando um movimento de diversificação das apostas chinesas, especialmente em setores associados à inovação e ao avanço tecnológico.

Ainda em 2024, os dados da CEBC novamente mostram a tendência de maiores investimentos em bilhões de dólares sendo atraídos pelos setores de eletricidade com 34%, com aportes que somaram US\$ 1,43 bilhão, valor 115% superior ao verificado em 2023, marcando o maior crescimento relativo dos investimentos nessa área desde 2019. A figura 2 evidencia os valores mencionados.

Figura 2 - Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil em 2024 (% do valor total, em US\$)



Fonte: CEBC (2024). Adaptado pelo autor.

Também em evidência, na figura 2, temos em segundo lugar, o segmento de petróleo que absorveu 25% dos aportes, com cerca de US\$ 1 bilhão investidos pela CNOOC (China National Offshore Oil Corporation), um dos maiores valores registrados na última década, atrás apenas de 2021, quando petroleiras do país asiático investiram cerca de US\$ 5 bilhões em projetos no pré-sal da Bacia de Santos (CEBC, 2024).

Se for considerado o número de projetos, e não os valores aportados, o segmento de eletricidade continua na liderança. Com participação de 56% do total, investidores chineses iniciaram ou deram continuidade a 22 empreendimentos no setor, o maior número registrado em um ano desde o início da série histórica. Reflexo dos aportes oriundos da CTG³ (CTG Brasil, subsidiária da chinesa China Three Gorges Corporation).

Hoje a CTG Brasil é uma das maiores geradoras de energia privada do Brasil, com investimentos significativos em hidrelétricas e, mais recentemente, em energia eólica e solar. Empresas como China Three Gorges, CPFL – que foi adquirida em 2017 pela State Grid – e SPIC (State Power Investment Corporation) têm investido consistentemente no Brasil desde

³ A CTG Brasil é parte da estratégia de internacionalização da China Three Gorges Corporation, uma das líderes globais em energia limpa, que construiu e opera a maior usina hidrelétrica do mundo, a Três Gargantas e já conta com mais de 146 GW de capacidade instalada em operação ao redor do mundo. A origem, aliada à capacidade de investimentos, o potencial energético do Brasil e os talentos locais, tornaram a CTA Brasil referência em energia limpa no País nos últimos anos (CTG Brasil, 2025).

que ingressaram no mercado nacional na década de 2010, não apenas na área de hidrelétricas, mas cada vez mais em outras fontes renováveis, particularmente solar e eólica. Em sua trajetória em solo brasileiro a China Three Gorges possui alguns marcos que são importantes e evidenciam um processo rápido de instalação e ampliação da empresa, conforme sintetizado no quadro 1.

Quadro 1 – Linha do tempo da China Three Gorges em território brasileiro

CTG Brasil – linha do tempo	
Ano	Atividades
2013	Lançamento da plataforma de investimentos na América Latina - nasce a CTG Brasil.
2014	Investimento em três importantes usinas: Santo Antônio do Jari (AP), Cachoeira Caldeirão (AP) e São Manoel (MT).
2015	Investimento em 11 parques eólicos no Sul e Nordeste. Aquisição das usinas hidrelétricas Salto (GO) e Garibaldi (SC), primeiras 100% operadas pela CTG Brasil.
2016	CTG Brasil passa a operar as usinas Ilha Solteira (MS) e Jupuíá (MS) e adquire os ativos da Duke Energy no Brasil.
2017	Início da modernização das usinas Jupuíá (MS) e Ilha Solteira (MS).
2019	Conclusão da primeira fase da modernização das usinas Jupuíá (MS) e Ilha Solteira (MS).
2020	CTG Brasil reforça sua estratégia de comercialização com a CTG Trading Substituição antecipada dos 21 transformadores de potência da Usina Ilha Solteira.
2021	Primeiros passos na estratégia de crescimento com a compra de recursos de energia eólica e solar.
2022	Início das obras de construção do complexo Solar Arinos (MG).
2023	10 anos de CTG Brasil. Início da instalação do Complexo Eólico Serra da Palmeira (PB).
2024	Energização do Complexo Solar Fotovoltaico Arinos (MG).
2025	Energização e operação parcial do Complexo Eólico Serra da Palmeira (PB).

Fonte: CTG Brasil (2025). Elaborado pelo autor.

Com base na ampliação das operações listadas de forma cronológica no quadro 1, pode-se dizer que a CTG Brasil se configura como um exemplo que evidencia a capacidade de investimento e a aderência dos projetos no território brasileiro. O quadro 01, com as datas e atividades, mostra a celeridade com a qual a dinâmica de investimentos e projetos vindos da China se desenvolveram no Brasil.

Semelhante a CTG, os projetos da State Grid⁴ são exemplos de ações que fizeram com que o setor da eletricidade ficasse com a maior parcela dos investimentos feitos. A incorporação da CPFL Energias pela gigante chinesa ilustra um pouco dessa dinâmica de cifras bilionárias, tendo em vista que a transação que resultou na aquisição de 54,64% da CPFL Energia, somou ao todo US\$ 4,5 bilhões (cerca de R\$ 14,2 bilhões, considerando a taxa de câmbio média de 2017), tornando assim a State Grid o acionista controlador.

Essa consolidação exemplifica também o avanço chinês sobre as parcelas de acionistas brasileiros na CPFL como a construtora Camargo Corrêa que recebeu uma oferta de quase R\$ 6 bilhões pela sua porcentagem. Reportagem da revista Exame (2017) destaca que o primeiro anúncio de compra, referente aos 23,6% de participação da empreiteira na empresa de energia, veio em julho de 2016 e em 2017 a State Grid concluiu a etapa de aquisição das participações de outros grandes acionistas, incluindo Previ, Petros, Funcesp, Sabesp e Sistel, para dar continuidade ao processo de fechamento do capital da CPFL na bolsa, onde ainda pretende comprar as ações dos acionistas minoritários (Exame, 2017).

Em relação aos projetos e investimentos feitos pela China no Brasil, no decorrer de 2010 a 2024, observou-se uma mudança no padrão que vigorava até o ano de 2019, no tocante ao número de projetos e ao valor em bilhões de dólares aplicados. De 2010 a 2014 eram 11 projetos ao todo e um valor em US\$ na casa dos 5,8 bilhões. De 2015 a 2019 há um aumento tanto no número de projetos que subiram para 21, quanto no valor em dólares que foi de US\$ 6,6 bilhões.

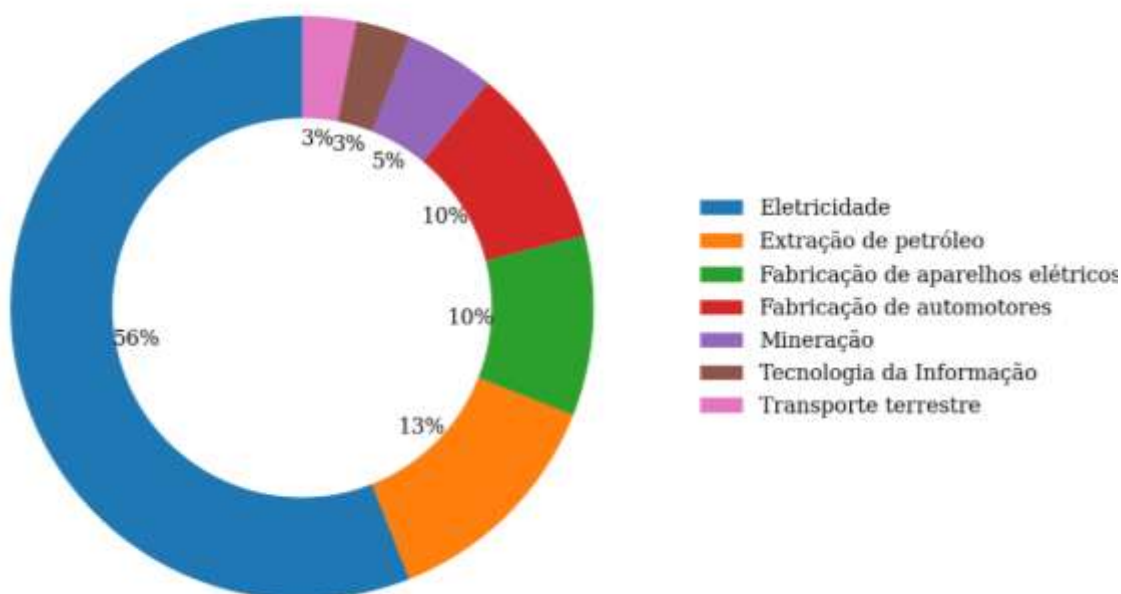
Entretanto, de 2020 a 2024 o número de projetos sobe para 27 ao todo e o valor em capital aplicado fica em US\$ 3,1 bilhões (CECB, 2024), sendo essa a menor média do valor investido por ano a maior média do número de projetos. De acordo com Cariello (2025), existe uma tendência de menor aplicação de capital por se tratar de projetos voltados a manufatura, energias limpas e tecnologias da informação. O autor reitera que os anos de maior aporte de capital chinês ao Brasil coincidem com os megaprojetos em infraestrutura energética e no setor de petróleo.

Ainda segundo o relatório de 2024, a CGN (China General Nuclear) também ampliou seus investimentos com a inauguração das obras de seu primeiro parque solar *greenfield*

⁴ A State Grid Brazil Holding (SGBH) faz parte do grupo State Grid Corporation of China (SGCC), uma das maiores empresas do mundo, presente em diversos países em cinco continentes. Em 2010, a State Grid Corporation of China escolheu o Brasil para a realização do seu primeiro grande investimento fora do continente asiático. Desde 2010, a State Grid Brazil Holding já investiu mais de R\$28Bi no país. Atualmente considerada uma das maiores empresas de energia do país, a State Grid Brazil Holding iniciou suas operações em 2010 com a aquisição de sete companhias de transmissão de energia do Brasil, 24 Concessionárias (SGBH, 2025).

desenvolvido no país, localizado no Ceará. O setor de petróleo, com cinco projetos, respondeu por 13% do total e ficou em segundo lugar, mesma posição registrada na análise por valor. No número de projetos, novamente tem-se o setor da eletricidade como principal. A figura 3 sintetiza esses dados e consolida o citado setor com 56% dos projetos chineses no Brasil.

Figura 3 - Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil em 2024 (% do número total de projetos)



Fonte: CEBC (2024). Adaptado pelo autor.

Com participação de apenas 1% na análise por valor, o setor de fabricação de equipamentos elétricos teve fatia de 10% sob a perspectiva do número de projetos, com quatro empreendimentos voltados à produção de baterias de lítio, turbinas eólicas, medidores elétricos inteligentes e rastreadores solares. Outro setor que manteve a mesma participação percentual, o setor automotivo⁵.

Seguindo para o último ano de análise dos relatórios do CEBC, a Conferência Anual de 2025 oferece um enquadramento particularmente relevante para compreender os desdobramentos recentes das relações sino-brasileiras. Realizada em São Paulo, no dia 13 de

⁵ O setor automotivo manteve sua relevância com a continuidade da construção das fábricas da BYD e da GWM no Brasil, contando também com novos projetos para fabricação de peças automotivas liderados por outras empresas chinesas, incluindo a Horse Powertrain, joint venture entre a Geely e a Renault.

outubro, sob o tema “*Criando Sinergias em um Mundo em Transformação*”, a conferência reuniu discussões voltadas ao aprofundamento da cooperação bilateral em áreas estratégicas, com ênfase em inovação, sustentabilidade, cadeias produtivas, transição energética e sistemas de pagamento.

Ao tratar do contexto contemporâneo da parceria entre China e Brasil diante de desafios geopolíticos e geoeconômicos globais, o evento reforçou a importância de setores capazes de articular interesses econômicos e objetivos estratégicos no longo prazo, como é o caso da eletricidade e as demais subdivisões do setor energético, uma vez que esse setor é um dos quais esta mudança foi mais importante, inclusive por tratar-se de um setor com impacto muito significativo na política externa da China, pois abrange questões econômicas, geopolíticas e securitárias (Cui, 2016). Nesse cenário, torna-se cada vez mais evidente a prioridade chinesa em investimentos associados à transição energética brasileira, sobretudo aqueles voltados à expansão de fontes renováveis, como a energia solar e eólica, bem como à infraestrutura que sustenta a modernização do sistema elétrico nacional.

Assim, a centralidade do setor elétrico não se apresenta apenas como continuidade de um padrão histórico de inserção chinesa no Brasil, mas também como expressão de uma reconfiguração recente, marcada pela crescente valorização de projetos alinhados às agendas globais de sustentabilidade e segurança energética⁶.

Essa leitura ganha maior robustez quando observada em perspectiva, uma vez que os temas das conferências recentes indicam uma continuidade programática que atravessa diferentes agendas e conjunturas. Em 2022, a centralidade atribuída à “*tecnologia e transição energética*” já sinalizava a convergência entre inovação e segurança energética como eixo estruturante da cooperação. Em 2023, o enfoque em “*novas tendências em energias verdes e parcerias sustentáveis*” reforçou a expansão do interesse por projetos vinculados às fontes renováveis e à agenda ambiental. Em 2024, o tema “*reindustrialização e transição energética*” aprofundou esse movimento ao associar a transformação produtiva à reorganização das matrizes energéticas.

⁶ Até o momento, o Relatório do CEBC referente a 2025 ainda não foi publicado, o que impede uma avaliação empírica detalhada nos mesmos termos adotados nos anos anteriores. Ainda assim, os debates e as prioridades evidenciadas na Conferência Anual de 2025 permitem antecipar, com razoável consistência, os caminhos que tendem a orientar a relação sino-brasileira no curto e médio prazo, sobretudo no que se refere às áreas estratégicas de cooperação.

Assim, mesmo na ausência do relatório de 2025, o conjunto dessas temáticas, em diálogo com o tema da Conferência Anual do CEBC de 2025, “*Criando Sinergias em um Mundo em Transformação*”, reforça uma linha de continuidade que consolida a agenda energética e tecnológica como eixo central na atualização do padrão de cooperação entre Brasil e China, sobretudo no que se refere aos investimentos chineses no Brasil.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo compreender as metamorfoses recentes das relações e dos investimentos da China no Brasil, tomando como base a análise dos relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) entre 2022 e 2025. Partiu-se do entendimento de que a expansão chinesa no sistema internacional, consolidada no ciclo de reformas iniciado em 1978, resultou não apenas em crescimento econômico, mas também em maior capacidade de projeção geoeconômica e geopolítica, com impactos diretos sobre a orientação de seus investimentos externos e sobre a construção de parcerias estratégicas no Sul Global, entre as quais se destaca o Brasil.

Os dados analisados indicam que o setor energético, particularmente o segmento de eletricidade, manteve-se como eixo estruturante da presença chinesa no território brasileiro. Ao mesmo tempo, as evidências apontam uma reconfiguração do padrão recente de investimentos, caracterizada pela redução relativa do volume financeiro anual quando comparado a períodos anteriores, acompanhada pela manutenção de um número elevado de projetos e por maior diversificação setorial. Tal mudança sugere uma transição de investimentos concentrados em poucos empreendimentos de grande porte para uma estratégia mais dispersa, com maior capilaridade e abertura de novas frentes de cooperação.

Por fim, ainda que o relatório de 2025 não tenha sido publicado no momento de conclusão desta pesquisa, os temas debatidos na Conferência Anual do CEBC reforçam a continuidade de uma agenda centrada em transição energética, inovação e sustentabilidade. Nesse sentido, a centralidade dos investimentos chineses em eletricidade, especialmente em fontes renováveis e setores associados às energias verdes, confirma-se como um dos principais vetores contemporâneos de aprofundamento da cooperação sino-brasileira em um cenário internacional marcado por disputas tecnológicas, mudanças climáticas e transformação das matrizes energéticas.

Referências

- AZEVEDO, B. **Brasil: inserção internacional pragmática; uma reflexão dos governos Geisel e Lula**. Curitiba: Appris, 2020.
- BUSTELO, S.; CARIELLO, T.; FRAGOSO, G. **Investimento chinês no Brasil**. Brazil-China Business Council. 2016.
- CARIELLO, Tulio. **Investimentos chineses no Brasil 2024: reindustrialização e transição energética**. [S. l.]: Conferência Anual - Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), set. 2025. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2025/10/16/conferencia-anual-2025-criando-sinergias-em-um-mundo-em-transformacao/> . Acesso em: 19 nov. 2025.
- COMEXSTAT. Ministério da Indústria. Comércio Exterior e Serviços – MDIC. **Exportação e importação geral**. 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> . Acesso em: 19 nov. 2025.
- CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China. **Investimentos chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética**. Rio de Janeiro: CEBC, 2023. Disponível em: https://www.institutoconfucio.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Estudo_Investimentos_2022_.pdf . Acesso em: 14 nov. 2025.
- CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China. **Investimentos chineses no Brasil 2023: novas tendências em energias verdes e parcerias sustentáveis**. Rio de Janeiro: CEBC, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/09/estudo-investimentos-china-no-brasil.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2025.
- CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China. **Investimentos chineses no Brasil 2024: reindustrialização e transição energética**. Rio de Janeiro: CEBC, 2025. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/09/investimento-china-2024.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2025.
- CUI, S. China's New Commitments to LAC and Its Geopolitical Implications. In: PEREZ GARCIA, M. **China and Latin America in transition**. [S.l.: s.n.], 2016.
- CUI, S.; MIRANDA, O. Framing sino-brazilian energy cooperation: perspectives from China. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/69355> . Acesso em: 19 nov. 2025.
- CUNHA, A.; BICHARA, J.; LELIS, M. **América Latina y el Ascenso de China: una perspectiva desde Brasil**. América Latina Hoy, 2013.
- CTG BRASIL. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.ctgbr.com.br/sobre-nos/> . Acesso em: 10 dez. 2025.
- DUARTE, Bruno Kern; CEPIK, Marco. Investimentos chineses no Brasil no setor de energia: potencial cooperativo e implicações estratégicas. In: GU, Tiejun (org.). **Opiniões de**

acadêmicos brasileiros sobre a China = Brazilian scholars' views on China. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019.

ESTADÃO CONTEÚDO. State Grid fecha contrato de compra da CPFL por R\$ 14,19 bi. **Exame**, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://exame.com/negocios/state-grid-fecha-contrato-de-compra-da-cpfl-por-r-1419-bi/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

FRITSCHAK, C.; SOARES, A.; O'CONNOR, T. **Chinese investments in Brazil from 2007-2012: review of IEA International Energy Agency.** London: World Energy Outlook, 2013.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A. The Political Economy of Reforms and the Chinese Present Transition. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 4 (149), p. 789-807, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QmM8rNPqfXrqYXr8XNwYGvL/?format=html&lang=en>. Acesso em: 13 dez. 2025.

MACEDO, M. **Analysis of bidding round until 2013: perspectives to oil exploration until 2020.** National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels, 2013.

MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: GALVÃO, A. C. F.; BIELSCHOWSKY, R. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia.** Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

MRE. **Plan for Joint Action between the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of China, 2010-2014.** Brasília: Ministry of Foreign Relations, 2009.

MÜLLER, P. N. Negócio da China: a relação entre mídia e poder na diplomacia do Governo Geisel (1974-1979). **Revista Crítica Histórica**, v. 10, n. 20, p. 137-155, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/124255657/17312.pdf> . Acesso em: 24 de julho de 2019.

OCDE. Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. **FDEI in figures**, October 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/investment/FDI-in-figures-October-2019.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. In: GU, Tiejun (org.). **Opiniões de acadêmicos brasileiros sobre a China = Brazilian scholars' views on China.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019.

PAUTASSO, D. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suplementar, p. 45-56, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/fH9gwpKYmp8tC5sypPXNjHr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

PEREIRA, L. As relações econômicas Brasil-China: Do comércio para o investimento. In: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil.** Brasília, DF: Funag, 2018. p. 179-214.

RIPPEL, Nilmar; MEDEIROS, Marlon Clóvis. Ascensão chinesa e os investimentos diretos chineses no Brasil: o caso do setor de infraestrutura de transporte. **Entrelugar**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, Dourados (MS), v. 15, n. 30, p. 160-179, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/18820>
Acesso em: 16 nov. 2025.

SILVA, Lucas Coutinho Marcelino da. **Relações econômicas entre Brasil e China**: o capital chinês no setor elétrico brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20092022-154243/en.html>. Acesso: 16 nov. 2025.

SILVEIRA, R. B.; MONTANHA, O. C. Análise das relações geoeconômicas Brasil–China no período 2013–2023. **Entrelugar**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, Dourados (MS), v. 15, n. 30, p. 108-132, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/18786>. Acesso em: 16 nov. 2025.

STATE GRID BRAZIL HOLDING (SGBH). **SGBH**. 2025. Disponível em: <https://stategrid.com.br/sgbh/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

VISCIDI, L. Energy and politics in Brazil: a retreat from oil nationalism. **Harvard Review of Latin America**, 2015.

WORD BANK. **Data of Brazil**. 2016. <http://data.worldbank.org/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

AUTORES**José Átila Abreu de Sousa**

Licenciado em Geografia, mestre e doutorando pela Universidade Federal do Ceará. Integra o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) e compõe o Núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles. Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Urbana e Industrial, Geografia Econômica e Ensino de Geografia, com ênfase nas dinâmicas produtivas e nas transformações socioespaciais relacionadas ao comércio, aos serviços, à qualificação profissional e ao mercado de trabalho em Fortaleza, na Região Metropolitana de Fortaleza e no Nordeste brasileiro.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1028-4202> .

E-mail: atilasousa@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2014.2), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (2004). É bacharel (2001) e licenciada (2006) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora da Rede Observatório das Metrôpoles - Núcleo Fortaleza (Lapur). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, Econômica e Geografia Urbana e Industrial, tendo atuado principalmente nos seguintes temas: Reestruturação Produtiva e Espacial; Relações de produção e de trabalho; Mercado de trabalho e mobilidade do trabalhador. Atualmente desenvolve atividades atinentes à Geografia Urbana e Geografia e Ensino, com ênfase nas temáticas: Reestruturação Produtiva e Espacial e Dinâmica Urbano Industrial na economia metropolitana; Agroindústria, Trabalho e relações campo-cidade, bem como o uso de diferentes linguagens e metodologias ativas no ensino de Geografia, resultantes dos trabalhos desenvolvidos junto ao Pibid-Geografia e à disciplina de construção de material para Geografia Humana (Oficina Geográfica III).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9607-9160>

E-mail: geoalexsandraufc@gmail.com